

17. INÍCIO DO PROCEDIMENTO: ALTERAÇÃO DOS ARTIGOS B-3/1º, B-3/4º, H-1/17º E TÍTULO III DO CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA:

Submete-se ao Executivo Municipal o início de procedimento - Alteração dos artigos **B-3/1º, B-3/4º, H-1/17º** e alteração do nome do título III do Código Regulamentar do Município de Braga.

Tem informação circunstanciada da DMGAP-DSJC, que se anexa.

T/529/2018

Gestão Documental [cm-braga pt] Alice M Gonçalves

Menu Documentos Processos Suporte

Criar Doc Cópia Cabeçalho Próximo Resumo Delegar Gravar OK Fechar

1/529/2018 : Alteração ao CRMB-artºB-3/2º e H-1/17º

Workflow

[Estado atual]: Aguarda Informação
Mudar estado para: Decisão?

☐ Concluir
☐ Criar Documento de Saída
☐ Enviar para Serviço
☐ Incluir em Processo da GU/GD

Histórico

Último Movimento

Data	Utilizador	Destinatário	Informação	Conhecimento
23-01-2018 14:53:06	DMGAP - DIVISÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS E CONTENCIOSO - Felismina Campos (Dra)	DIREÇÃO MUNICIPAL DE GESTÃO, ADMINISTRAÇÃO E PROSPETIVA - Alice M Gonçalves		

Documentos Movimentos Doc.Relac. Processos Anexos Dados Entidades Responsáveis Mensagens Contributos Conheç. In Localiz. Versões

Hist. Class Hist. Entidades Histórico Faturas

Livro * Documento Interno Tipo Documento * Informação Interna

Data de Interno 23-01-2018 Data de Registo 23-01-2018

Número 1/529/2018 Envio/Recepção interno Data Limite de Resposta

☐ Aguarda Resposta ☐ Urgente ☒ Em Tratamento ☐ Documento Sem Resposta ☐ Suporte Papel

Classificador 0 - GENÉRICO

☐ Começa por

Classificador Orgânico

Gestor

Assunto * Alteração ao CRMB-artºB-3/2º e H-1/17º

Local de Pretensão

Morada Num. Policia Código Postal

Localidade Freguesia Código Sig

308

Morada Adicional

Selecione Morada

Detalhes da morada

Descrição

Morada

Número de Polícia Código Postal

Freguesia Localidade

Selecione Freguesia

Código SIG

Referência do Documento

Observações

Data do Documento 23-01-2018

Utilizador Felismina Campos (Dra)



Registo de entrada: 16/11/2017

Requerente: DMUOP

Assunto: ISENÇÃO DE TAXAS

Informação de 18/01/2017

Técnico responsável: Elisa Cunha Coelho

QUESTÃO

Isenção de taxas.

Alteração ao CRMB: solicitada a alteração dos artigos B-3/2º e H-1/17º, por forma a incluir isenção de taxas também nas zonas de proteção a bens culturais classificados ou em vias de classificação.

ANÁLISE

CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA

- REDAÇÃO ATUAL

PARTE B – URBANISMO

TÍTULO III – SALVAGUARDA E REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO

CAPÍTULO I – Disposições gerais

Começa o **Artigo B-3/1º**, por restringir o objeto do Título III, referindo o seguinte:

«Sem prejuízo da legislação em vigor sobre esta matéria, o presente Título tem como objeto estabelecer, em especial, um conjunto de regras que visam orientar a transformação do conjunto urbano **do Centro Histórico e da Zona dos Galos**, definindo condições essenciais para a sua renovação, recuperação e reutilização, mantendo o carácter essencial da sua arquitetura e imagem urbana.»

Ou seja, embora o Título se refira ao Centro Histórico, o objeto inclui também a «**Zona dos Galos**».

E, no artigo seguinte, ao referir-se ao seu âmbito de aplicação, ainda inclui uma nova zona:

Artigo B - 3/2.º

Âmbito

1 - Este Título estabelece as disposições normativas aplicáveis:

a) ao Centro Histórico, área devidamente assinalada na planta que se junta como Anexo, que faz parte integrante do presente Código Regulamentar;

b) ao Sítio (Zona) dos Galos, área devidamente assinalada na planta que se junta como Anexo, que faz parte integrante do presente Código Regulamentar;

c) às zonas de proteção a bens culturais classificados ou em vias de classificação;

2 – Sempre que existam instrumentos de gestão territorial na área abrangida por este Título, as suas regras prevalecem sobre as agora estabelecidas.

No **artigo B-3/4.º**, no que se refere a **Incentivos**, define:

«Tendo em vista incentivar e estimular a salvaguarda e a revitalização **do Centro Histórico**, nomeadamente, através da realização de operações urbanísticas que promovam a reabilitação do edificado em cumprimento com a natureza e a especificidade das normativas urbanísticas do presente Título, institui-se a possibilidade de:

a) Conceder a isenção de pagamento de taxas municipais nas condições estipuladas no Artigo H-1/17.º*;

b) Disponibilização de acompanhamento técnico a requerentes e técnicos, em sede da elaboração dos respetivos projetos;

c) Concessão de apoio técnico, ao nível da elaboração de projetos de arquitetura, a cidadãos que comprovem carência socioeconómica, a Juntas de freguesia e a instituições sem fins lucrativos.»

***Artigo H-1/17.º**

Isenções relativas a operações urbanísticas no Centro Histórico



1 – No âmbito dos incentivos previstos no **Artigo B-3/4.º ***, **o Município de Braga institui o programa de isenção de pagamento de taxas municipais**, nas condições e preceitos a seguir enunciados:

- i. Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii. Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii. Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

2 - A isenção de pagamento de taxas só poderá ser concedida uma vez cumpridas todas as formalidades legais e regulamentares, indispensáveis à aprovação da operação urbanística inerente, e na condição de, relativamente à operação urbanística em análise, não se ter verificado, em nenhum momento, o desrespeito pelo disposto no Título B-3 ou pela legislação aplicável e em vigor.

Vejamos o que nos diz a **Nota Justificativa**:

- **Parte B – Urbanismo**, respeitante ao exercício do poder regulamentar próprio conferido aos Municípios no âmbito e em execução do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo D.L. n.º 555/99, de 16 de dezembro (doravante RJUE), está subdividida em três Títulos:

.....

- **B3 – Centro Histórico**: substitui o anterior Regulamento de Salvaguarda e Revitalização do Centro Histórico, tendo-se procedido a uma revisão das normas de índole urbanística especialmente aplicáveis à zona delimitada do Centro Histórico da cidade.

.....

Por seu lado, e no que toca às regras materiais, pretende-se que a ocupação urbanística no Município de Braga cumpra regras de boa ordenação e que as intervenções promovam um adequado e sustentável desenvolvimento urbanístico, fator relevante para garantir qualidade de vida aos respetivos munícipes.

As vantagens da presente proposta são, assim, mais de ordem imaterial (e não material, de receita financeira municipal): não se aumenta, de facto, pela via regulamentar as receitas do Município, ainda que por via do seu cumprimento se possa incentivar a realização de novas operações e a intervenção no edificado (designadamente no que existia ilegalmente), o que se poderá vir a traduzir, a médio prazo, numa maior dinamização da atividade imobiliária e, consequentemente, num aumento de receita para o Município.

Do ponto de vista dos encargos, as normas que compõem a Parte B do Código não comportam despesas acrescidas para o Município: não se criam novos procedimentos que envolvam custos acrescidos na tramitação e na adaptação aos mesmos sendo, ademais, suficientes os recursos humanos existentes.

Resulta, assim, que a Parte B do Código se apresenta claramente como uma mais-valia para a gestão urbanística e para caracterização do Município de Braga como um município sustentável.

Acresce, ainda, que no que concerne ao Centro Histórico (Título B3), o custo resultante de uma maior restrição na liberdade de execução de obras, no que respeita à utilização de materiais e soluções arquitetónicas, tem como contrapartida o benefício da preservação do património arquitetónico e o equilíbrio e imagem urbana de uma área histórica particularmente sensível, que importa valorizar e proteger.

Pela leitura dos artigos, verificamos que os mesmos não têm uma redação congruente...Não há um seguimento lógico, desde o título até ao objeto, passando pelo âmbito...Não há qualquer concordância. O Título cinge-se ao CH mas efetivamente começa a alargar-se até às ZP.

Assim sendo, a introdução de certas palavras, tornarão o Título muito mais coerente e claro.

Parece-me, s.m.o., que se deve efetivamente proceder-se à alteração das normas em causa, até por uma questão de equidade... “o custo resultante de uma maior restrição na liberdade de execução de obras, no que respeita à utilização de materiais e soluções arquitetónicas, tem como contrapartida o benefício da preservação do património arquitetónico e o equilíbrio e imagem urbana de uma área histórica particularmente sensível, que importa valorizar e proteger” e o benefício da isenção de taxas... Ou seja, se se aplicam as mesmas “exigências” normativas regulamentares às operações urbanísticas quer elas ocorram no CH ou em ZP (cfr. Inf. Técnica do CD do PCHGCH), não se entende porque é que as segundas não beneficiariam de incentivos.



Por outro lado, e como refere a informação do Dr. Pedro Lopes, o anterior RMSRCHCB (vertido na generalidade para o CRMB), previa a isenção para essas 3 zonas.

Assim sendo, é de toda justificável e justa a alteração proposta dos artigos em causa.

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO

Artigo B -3/1.º (NOVA REDAÇÃO)

Objeto

Sem prejuízo da legislação em vigor sobre esta matéria, o presente Título tem como objeto estabelecer, em especial, um conjunto de regras que visam orientar a transformação do conjunto urbano do Centro Histórico, da Zona dos Galos e das zonas de proteção a bens culturais classificados ou em vias de classificação, definindo condições essenciais para a sua renovação, recuperação e reutilização, mantendo o carácter essencial da sua arquitetura e imagem urbana.

Artigo B-3/4.º (NOVA REDAÇÃO)

Incentivos

Tendo em vista incentivar e estimular a salvaguarda e a revitalização do Centro Histórico, da Zona dos Galos e das Zonas de Proteção a bens culturais classificados ou em vias de classificação, nomeadamente, através da realização de operações urbanísticas que promovam a reabilitação do edificado em cumprimento com a natureza e a especificidade das normativas urbanísticas do presente Título, institui-se a possibilidade de:

a) Conceder a isenção de pagamento de taxas municipais nas condições estipuladas no Artigo H-1/17.º*;

b) Disponibilização de acompanhamento técnico a requerentes e técnicos, em sede da elaboração dos respetivos projetos;

c) Concessão de apoio técnico, ao nível da elaboração de projetos de arquitetura, a cidadãos que comprovem carência socioeconómica, a Juntas de freguesia e a instituições sem fins lucrativos.»



Artigo H-1/17.º (NOVA REDAÇÃO)

Isenções relativas a operações urbanísticas no Centro Histórico e outras

1 – No âmbito dos incentivos previstos no Artigo B-3/4.º *, o Município de Braga institui o programa de isenção de pagamento de taxas municipais, nas condições e preceitos a seguir enunciados:

- i. Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii. Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii. Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

2 - A isenção de pagamento de taxas só poderá ser concedida uma vez cumpridas todas as formalidades legais e regulamentares, indispensáveis à aprovação da operação urbanística inerente, e na condição de, relativamente à operação urbanística em análise, não se ter verificado, em nenhum momento, o desrespeito pelo disposto no Título B-3 ou pela legislação aplicável e em vigor.

Mais se sugere que seja alterado o nome do título III, para que o mesmo se adeque ao conteúdo do título:

(NOVA REDAÇÃO)

TÍTULO III – SALVAGUARDA E REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO E OUTRAS ZONAS ESPECIAIS



Formalidades a seguir:

- a. O Executivo Municipal deve aprovar, em reunião, o início do procedimento;
- b. Posteriormente e nos termos do disposto no **artigo 98.º do CPA** deve ser publicitado o início do procedimento: na Internet, no sítio institucional do Município, com a indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto e da forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento;
- c. Para esse efeito junta-se minuta para publicação no site institucional para publicitação do início da procedimento e participação procedimental, que deverá ser assinado pelo Sr. Presidente, caso concorde com o seu conteúdo;
- d. Depois de assinado, deverá o aviso em anexo ser publicitado no site institucional do Município e por Edital;
- e. Os interessados devem dirigir por escrito as suas sugestões ao órgão com competência regulamentar, no prazo de 15 dias a contar da data da publicação do projeto;
- f. Findo esse prazo, se houver sugestões, deverão as mesmas ser remetidas a esta DSJC, para análise;
- g. Depois de analisadas, se pertinentes, serão introduzidas no Projeto do Regulamento, caso contrário, manter-se-á o mesmo Projeto, que deverá ser submetido a consulta pública, nos termos do art. 101º do CPA.

Assim sendo, deve o processo seguir para o Executivo.

A jurista,

[Handwritten signature]

Director Municipal de Gestão Administrativa e Prospetiva
Miguel Nunes Guimarães

24/1/2018

[Handwritten signature]
Concordo. Remete-se para o Sr. Diretor
Miguel Nunes Guimarães
19/1/2018
[Handwritten signature]

MINUTA

**AVISO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO:
ALTERAÇÃO DOS ARTIGOS B-3/1º, B-3/4º, H-1/17º E TÍTULO III DO CÓDIGO REGULAMENTAR DO
MUNICÍPIO DE BRAGA**

Torna-se público nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 98º, nº 1 do Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro, que aprovou o Código do Procedimento Administrativo, o seguinte:

1. A Câmara Municipal de Braga, em reunião ordinária realizada no dia ____/____/2018, deliberou iniciar nessa data um procedimento que tem por objeto a alteração dos artigos B-3/1º, B-3/4º, H-1/17º E TÍTULO III do Código Regulamentar do Município de Braga.
2. Podem constituir-se como interessados no procedimento todos aqueles que, nos termos do nº 1, do artigo 68º do CPA, sejam titulares de direitos, interesses legalmente protegidos, deveres, encargos, ónus ou sujeições no âmbito das decisões que nele forem ou possam ser tomadas, bem como as associações, para defender interesses coletivos ou proceder à defesa coletiva de interesses individuais dos seus associados que caibam no âmbito dos respetivos fins.
3. Os interessados podem ainda, no prazo de 15 dias úteis, formular contributos ou sugestões sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do procedimento de alteração, sem prejuízo da ulterior audiência dos interessados e consulta pública.
4. A formulação de sugestões ou contributos, bem como a constituição como interessados no procedimento regulamentar, deve ser efetuado por escrito, até ao termo do prazo, em suporte escrito, dirigidos à Câmara Municipal – Balcão Único, ou por via digital para o endereço eletrónico municipe@cm-braga.pt, colocando como Assunto "Alteração dos artigos B-3/1º, B-3/4º, H-1/17º E TÍTULO III do Código Regulamentar do Município de Braga".-----

Braga, _____ de 2018.

O Presidente da Câmara Municipal,

Ricardo Rio

